



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

TRADUÇÃO

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Como resultado da incapacidade de o serviço de transporte colectivo satisfazer a procura dos utentes, muitos cidadãos queixam-se de uma maior ocorrência de autocarros que não param nas paragens de transporte público. Trata-se de um fenómeno que se verifica designadamente nas Portas do Cerco e em Seac Pai Van, nomeadamente em itinerários onde na primeira paragem se regista um número maior de utentes. Como à hora de ponta os autocarros já estão cheios de passageiros que aguardam na primeira paragem, têm necessariamente que seguir sem parar nas restantes paragens do itinerário, onde os utentes ficam à espera por muito tempo sem poderem entrar no autocarro. Deste modo, tem havido um maior número de queixas sobre esta situação, reclamando às concessionárias do transporte público o aumento temporário de autocarros nalgumas carreiras para receber os utentes nas paragens ao longo do itinerário, de forma que estes possam entrar no autocarro.

Relativamente a esta questão, as concessionárias afirmaram que, segundo o actual sistema de transporte público, cabe ao Governo definir a rota, o número de carreiras, a frequência das corridas dos autocarros e o modelo do veículo consoante o itinerário. Assim, as concessionárias do transporte público não podem determinar o aumento do número de carreiras, mesmo que o queiram. Porém, os responsáveis pelos serviços do trânsito argumentaram, afirmando que, neste momento, o contrato de exploração de transporte público permite às concessionárias um aumento da ordem dos 20 por cento no número de carreiras de autocarros. Nessa troca de afirmações, até parece que as duas partes estão combinadas para se esquivarem



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

das suas responsabilidades.

Segundo afirmou recentemente o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, estão reunidas as condições para o Governo proceder à “conversão do actual contrato de concessão” com a Sociedade dos Transportes Colectivos de Macau e não se verifica também qualquer polémica com a Transmac, o que parece revelar que as negociações estão a decorrer sem problemas. Independentemente do lado em que está a razão, a população espera apenas que o problema do transporte venha a ser resolvido. As autoridades devem aproveitar esta oportunidade de “conversão do contrato” para resolver em conjunto com as transportadoras o problema da competência sobre o referido direito de reajustamento das carreiras de transporte público. Paralelamente, deve-se também proceder a uma revisão geral e aperfeiçoamento do actual modelo de serviço de transporte público. A longo prazo, é importante que haja um pensamento inovador para esta questão, de modo que o modelo de transporte público seja definido de forma científica e realmente adequada às necessidades de Macau.

Nesses termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1 – Quanto ao direito de ajustamento das carreiras dos autocarros públicos, as autoridades e as concessionárias justificam-se apresentando cada qual os seus próprios argumentos. Mas quem tem razão? Onde reside a origem desse problema todo? Como é que as autoridades vão aproveitar esta oportunidade de “conversão do contrato” para resolver efectivamente o problema com as transportadoras?

2 – Segundo afirmam os operadores do sector, apesar de ser boa a intenção



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

inicial do modelo de transporte público, depois de três anos de funcionamento deste novo modelo, os resultados revelam que a procura por parte dos utentes ainda não foi atenuada, e o Governo despendeu uma soma enorme do erário público para este efeito, originando desperdício de recursos. Além disso, no que respeita ao serviço de correspondência das carreiras de autocarros e ao tarifário subsidiado pelas autoridades para os portadores do Macau Pass, independentemente de estes serem residentes locais, as transportadoras acrescentaram que se trata de medidas que não se adequam ao princípio de boa utilização do dinheiro público, o que acaba por resultar no desperdício e numa maior pressão sobre a prestação do serviço de transporte público. Por isso, segundo algumas opiniões, como o contrato celebrado pelo Governo com as transportadoras termina em 2018, as autoridades podem começar a preparar um novo modelo de transporte público. Por exemplo, para que os benefícios possam chegar directamente à população, assim como para uma boa utilização do erário público, pode-se considerar a alteração da actual aquisição directa do serviço de transporte público com vista ao regime tarifário de baixo custo. Em sua substituição, atribuem-se subsídios de transporte directamente aos utentes como forma de incentivar as concessionárias a melhorarem a prestação do serviço de transporte público. Assim, qual é a opinião das autoridades em relação a esta sugestão? Ou será que as autoridades têm outros estudos ou planos mais proactivos para o efeito?

**O Deputado à Assembleia Legislativa,
Chan Meng Kam**

16 de Fevereiro de 2015